

O Governo em crise

Rubem de Azevedo Lima

27 JUL 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Os números do Governo sobre possíveis prejuízos do erário, na hipótese de ser aprovado o projeto de Constituição, tal como se encontra, são tão impressionantes quanto instáveis. A cada dia, falou-se numa cifra, sempre superior à divulgada na véspera. Tais divergências acabaram por predispor a Constituinte contra o Executivo e contribuíram para inquietar a sociedade, mas também aumentaram o descrédito no Governo e em suas informações.

Afirmou-se, de início, que os cofres públicos perderiam um trilhão de cruzados com a nova Carta. Em seguida, estimou-se esse prejuízo em dois trilhões de cruzados. Agora, o presidente Sarney se fixa na importância de dois trilhões e 200 bilhões de cruzados, pouco mais do dobro do que o Brasil pagou de juros da dívida externa, este ano, até agora.

Evidentemente, além de importantes avanços sociais, o projeto de Constituição proporcionou também favores onerosos, que muitos constituintes sabem ser inadmissíveis, mas, apesar de tudo, foram aprovados pela maioria governista na Assembléia.

De qualquer modo, as dúvidas que o governo suscitou, no caso, só fizeram aumentar as dificuldades para a depuração do projeto constitucional, pois o Palácio do Planalto deu o mesmo tratamento hostil aos avanços obtidos na Constituinte e aos favores ali feitos a grupos econômicos.

As medidas de alcance social, como diz o senador Mário Covas, têm de ser pagas pelos que podem fazê-lo — o Governo ou as grandes empresas — mas parece que estes não querem abrir mão do que possuem, por ambição política ou econômica.

Firma-se a convicção de que o Executivo, em face do fracasso na economia, pretende promover reajustes de impostos, em vez de reformular a própria política econômica. Essa é a conclusão do ex-líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, para quem o Governo quer apenas expor a Constituinte como responsável por todos os problemas do País, devido ao vulto das concessões que fez no projeto constitucional. Para remediar a situação, seria portanto, inevitável elevar os impostos.

Sucede que as benesses da Constituinte ainda não vigoram, mas a inflação chegou a 25% ao mês. De resto, o Governo reclama dos gastos criados pela Constituinte e dos encargos que esta lhe atribuiu, mas não desiste de projetos não-prioritários e até faz questão de manter Fernando de Noronha com recursos federais. É dessas incoerências que se queixam vários correligionários de Sarney na Assembléia, dando os primeiros sinais de impaciência, diante de um Governo em crise, que se afasta da sociedade civil e lhes parece mais perto do final do que realmente está.